

# As recomendações da Carta de Conjuntura

ESTADO DE SÃO PAULO

07 FEV 1985

PÁGINA SOCIAL

Evitar precipitação na realização do pacto social, baixar a taxa de juros e desestimular o excesso de renda e a especulação, melhorar o perfil da dívida interna e encarar de frente o déficit da Previdência Social — que neste ano deverá chegar a 2,5 trilhões de cruzeiros. Essas são as recomendações da décima Carta de Conjuntura, divulgada ontem pelo Conselho Regional de Economia de São Paulo.

O Conselho também divulgou um manifesto, chamado "Economistas pela nova política econômica", que, à parte da análise conjuntural, volta a exigir "mudanças substantivas" na política econômica, todas elas já defendidas por Tancredo Neves em seu primeiro discurso: combate à inflação, crescimento econômico e redistribuição de renda.

"Julgamos que esse é o momento oportuno para reiterar nossa preocupação de que estes princípios sejam respeitados, porque reconhecemos a existência de setores que pretendem pressionar em sentido contrário", explicou José Carlos Braga, presidente em exercício do Conselho (o presidente eleito, Luciano Coutinho, pediu afastamento para participar da comissão de assessoramento econômico ao futuro governo).

O Pacto Social é o primeiro tema da décima Carta de Conjuntura, abordado em artigo do economista Paul Singer. Singer julga que "Tancredo Neves foi infeliz ao apresentar o pacto como um período de trégua, ou como uma renúncia dos trabalhadores às suas reivindicações.

Para o economista do Cebrap, o pacto não pode ser apressado, sob pena de "ser queimado." "Antes de mais nada — disse Singer — é preciso que se elimine a tutela governamental sobre os sindicatos, que hoje, em sua maioria, ainda são dirigidos por pelegos. Isto pressupõe uma mudança na legislação sindical como condição prévia para a viabilização de um pacto realmente representativo."

Singer acredita, ainda, que o tempo pode trabalhar a favor da idéia do pacto, na medida em que a perspectiva de uma hiperinflação tornará os diversos setores envolvidos mais flexíveis e mais conscientes da necessidade de realizá-lo.

## INDÚSTRIA OCIOSA

A hiperinflação é também o tema de José Carlos Braga, que a considera inevitável se não for combatido o problema da autonomização da

circulação financeira. Para ele, a prova de que o fenômeno já ocorre é que em 1984, apesar de algum crescimento econômico, o parque industrial continuou ocioso, porque "se cristalizaram as práticas do rentismo e da especulação". Em outras palavras, a opção por especular continuou atraindo mais do que a opção por produzir.

Para combater essa situação, Braga recomenda que se baixe a taxa de juros, reestruturando as dívidas interna e externa. Sugere ainda a flexibilização da oferta de alimentos e matérias-primas essenciais, a restauração da intermediação financeira para a produção e a readequação social do gasto público.

"Temos de combater a acumulação financeira, que, segundo estimativas, chega hoje a 153 trilhões de cruzeiros, desde depósitos em cadernetas de poupança até títulos da dívida pública", alertou o economista.

## DÍVIDA INTERNA

Já o economista Manuel Francisco Pereira analisou a situação da dívida interna. Para ele, a questão tem poucas soluções. "O problema é que a dívida é a causa do déficit público e não o déficit a causa da dívida. Obviamente a rolagem dessa dívida

pressiona a taxa de juros e os preços", disse Pereira.

Em sua opinião, a elevação da carga fiscal e o comprometimento de parcelas maiores das receitas fiscais para os encargos da dívida não são soluções. A saída seria, então — segundo o economista —, "depreciar o estoque da dívida mobiliária e contratual (hoje em torno de 160 trilhões de cruzeiros) através de taxas de over acima da correção monetária corrigida e sua troca via mercado.

O último artigo da Carta de Conjuntura é de Pedro Luiz Barros Silva, que aponta o déficit da Previdência Social como problema prioritário a ser enfrentado por Tancredo Neves.

## MANIFESTO

O manifesto "Economistas pela nova política econômica", divulgado pelo Conselho e pelas Associações Regionais de Economia de São Paulo, basicamente reitera as teses levantadas pelos economistas de oposição nas cartas de São Paulo e Vitória. A retomada do crescimento, o combate à inflação e a redistribuição da renda são os pontos principais. O conselho reconhece que o que motivou o manifesto foi "o receio de que sejam mantidas algumas linhas econômicas da antiga administração".